

Galvêas nega pressão do FMI para o Brasil gastar reservas na importação

por Cláudia Safatle
de Brasília

"Acumular reservas cambiais é um programa de governo. Seria absurdo se o Fundo Monetário Internacional (FMI) estivesse contra isso." Com essa colocação, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, procurou afastar o temor de que o FMI esteja pressionando as autoridades econômicas oficiais a gastar um pouco de reservas com importações, reduzindo, assim, não só a pressão que os dólares ingressados no País gera no sentido de expandir a base monetária, mas também diminuindo a pressão de custos detectada na inflação, pela contenção das importações.

"Ainda não temos uma posição definida sobre o problema", disse ontem o chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann. "Estamos avaliando as diversas variáveis, temos falado nisso com o governo e não portamos diferenças substanciais de análise", reforçou o chefe da missão.

INOPORTUNO

Seria inoportuno abrir mão dos controles das importações hoje vigentes, se há uma incerteza quanto ao comportamento da economia norte-americana no ano que vem e não existem indicações de que os juros internacionais possam ceder — dois fatores que poderão prejudicar as exportações brasileiras em 1985. Segundo Reichmann, esses argumentos ele colheu do comando econômico do governo "e nós também estámos pensando nessa direção", razão pela qual ainda não foi colocada uma posição definitiva do Fundo na mesa das negociações.

Esta não é uma discussão teórica. Faz muita diferença ter mais ou menos reservas cambiais, à medida que a prioridade número um é fazer uma boa renegociação da dívida externa. Por outro lado, se neste segundo semestre houver um acréscimo de uns US\$ 2 bilhões nas reservas, isso significará Cr\$ 2 trilhões de injeção na economia — cerca de 30% da base monetária. Isso num momento em que um dos principais instrumentos que trabalhou a favor da política de restrição monetária — o superávit fiscal de Cr\$ 3,8 trilhões que foi transferido ao orçamento monetário no primeiro semestre — não terá o mesmo desempenho.

Ontem, Reichmann ouviu essa expectativa do secretário geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, durante um encontro de duas horas. Mailson mostrou ao chefe da missão do FMI que 65,5% das transferências programadas para este ano — de aproximadamente Cr\$ 6 trilhões — para cobrir contas do orçamento monetário, já foram realizadas até junho. Só em agosto Cr\$ 350 bilhões terão de ser gastos a título de devolução do Imposto de Renda. Mostrou, também, a impossibilidade de administrar de forma extremamente austera a liberação de recursos para a administração central, como foi feito ao longo dos primeiros seis meses do ano. Antes desse encontro, ele esteve com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, com quem conversou sobre as perspectivas do orçamento monetário e do setor externo.

VARIÁVEIS

O ministro Galvêas contrapôs a perspectiva de gastar reservas com importações para controlar a política monetária, reforçando o argumento fundamental do governo: "Acumular reservas é bom porque fortalece nossa posição e nos dá maior independência com relação às negociações com os credores internacionais, embora tenha efeitos negativos internamente, gerando mais inflação". Mas deixou uma porta entreaberta: "Temos de procurar um meio caminho, onde as reservas possam conciliar-se com a política monetária".

"Ainda estamos colhendo números na área de balanço de pagamentos e são tantas as variáveis que fica muito difícil prever o comportamento das reservas cambiais neste segundo semestre", ponderou Reichmann. Essa questão é importante porque, a partir da definição de um volume de reservas, o FMI e o governo estarão traçando através da fixação de critérios de performance que o Brasil se compromete a cumprir uma política de curto prazo para baixar ou não a inflação. E ela, segundo o chefe da missão do Fundo, estará acertada nesta próxima semana.